

# Segundo grau terá Provão

*Exame não será obrigatório para alunos. O resultado servirá para as universidades avaliarem a qualidade dos candidatos*

Marina Oliveira  
Da equipe do Correio

**D**epois dos estudantes universitários, chegou a vez dos alunos de 2º grau serem avaliados. Começa, no próximo ano, em todo o País, o Exame Nacional do Ensino Médio (Inem) mas pelo menos cinco estados farão ainda este ano uma espécie de simulado do teste.

Na reunião do conselho dos secretários estaduais de educação (Concede), ontem, foram discutidos os detalhes para a aplicação do exame do ensino médio. De saída, nove estados se ofereceram para participar do simulado deste ano, surpreendendo os técnicos do Ministério da Educação (MEC), que esperavam o máximo de cinco candidatos.

O Inem terá um formato semelhante ao Provão e será realizado no mesmo dia, em todo o País. Nome e nota do aluno serão mantidos em sigilo. A prova está em fase de elaboração por uma comissão de

especialistas contratada pelo MEC. Todas as questões serão de múltipla escolha e medirão conhecimentos de Português, História, Geografia, Matemática, Geografia, Biologia, Física e Química.

A presidente do Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Educacionais (Inep), Maria Helena Castro, afirmou que o governo não pretende tornar a prova obrigatória para os alunos, como acontece com o Provão. Essa decisão ficará a cargo de cada estado.

## CRITÉRIO

O objetivo do ministério é que o resultado do exame sirva como um critério para as universidades avaliarem a qualidade do aluno que ingressa no ensino superior. A nota também poderia ajudar quem se sair bem a conseguir um emprego, sendo anexada ao currículo.

Mas os secretários estaduais enxergam uma utilidade ainda maior para o Inem. Eles acreditam que,

se a prova for obrigatória, será possível fazer um diagnóstico preciso da situação de cada escola de 2º grau da rede oficial. Os resultados poderiam, inclusive, orientar mudanças no projeto pedagógico do colégio.

Hoje, o MEC utiliza o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) para medir a qualidade do ensino da rede pública de 1º e 2º graus. Alguns alunos que terminam a 4ª, 8ª séries e o 3º ano fazem o teste. É uma pesquisa de amostragem, da qual participaram no ano passado 220 mil estudantes. A diferença principal entre o Saeb e o Inem é que o método de amostragem não permite avaliar o desempenho individual e nem detalhar a situação de cada escola.

## CUSTO

A grande dificuldade para implantar o exame continua sendo a falta de dinheiro. A Constituição não destina recursos específicos ao 2º grau, embora ele seja de responsabilidade estadual. Por isso, a verba para realização da prova tem que sair do Tesouro Nacional e depende de uma negociação política dos governos estaduais com os ministérios da Fazenda e do Planejamento.

Até agora, o MEC prometeu arcar com os custos da elaboração, impressão e correção das provas. Os estados entrariam com a parte logística da aplicação das provas: canetas, cartão de acesso, cadastramento,

professores-supervisores e envio das provas para correção centralizada em Brasília.

Outro assunto importante debatido na reunião dos secretários foi o Plano Nacional da Educação (PNE) que será entregue ao Congresso até o dia 20 de dezembro. Previsto na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o pl

ano traçará as linhas mestras da política educacional do país para os próximos

## EXAME

Sistema de Avaliação da Educação Básica chegou a

**220 mil**

estudantes ano passado  
Plano Nacional da Educação traçará linhas mestras da política educacional do país para os próximos

**10 anos**

A idéia do plano é melhorar a qualidade do ensino com base no retrato mostrado pelo banco de dados do MEC — censo educacional, Provão, questionário sócio-econômico, censo de informática e etc.

## DESAFIOS

No 1º grau, os desafios ficarão por conta da diminuição da repetência, manutenção do aluno na escola, melhoria do seu rendimento acadêmico e colocação de vagas à disposição de toda criança.

No ensino médio, os esforços ficarão concentrados em buscar mais recursos para

aumentar o número de vagas disponíveis. Já no ensino superior, o PNE deverá contemplar a questão da autonomia administrativa, financeira e curricular das universidades públicas e o controle de qualidade nas particulares.